

“O NEGRO ESTÁ SEMPRE AO RÉS DO CHÃO”: MORTICÍNIO DE VIDAS NEGRAS EM ESSA GENTE, DE CHICO BUARQUE

BLACK PEOPLE ARE ALWAYS ON THE GROUND: KILLING OF BLACK LIVES IN ESSA GENTE, BY CHICO BUARQUE

LOS NEGROS SIEMPRE ESTÁN EN EL SUELO: EL ASESINATO DE VIDAS NEGRAS EN ESSA GENTE, DE CHICO BUARQUE

Roberta Lehmann¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar como é ficcionalizada a violência da polícia brasileira e o racismo estrutural em *Essa gente*, de Chico Buarque. O estudo está organizado em três partes: Introdução, Pele alva e pele alvo e Considerações Finais. A metodologia de pesquisa adotada consiste em revisão bibliográfica e documental. A base teórico-crítica está centrada em: Lilia Schwarcz, Silvio Almeida, Achille Mbembe, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e Adilson Moreira. Os resultados obtidos apontam para a incorporação de acontecimentos do Brasil pela ficção, bem como o impacto destes nas vidas das personagens negras, que vivem em um país estruturalmente racista no qual a violência é naturalizada e faz parte do cotidiano. É observado que o incentivo ao armamento, por parte do Governo Federal, é responsável por ações do Estado, desde os atiradores de elite, contratados para sobrevoar as favelas até os PMs que supervisionam o arrastão nas praias. Mortes violentas são banalizadas pela população, acontecem com frequência, sem causar indignação e, em função disso, permanecem impunes.

Palavras-chave: Racismo. Violência. Morte. Estado.

Abstract: This work aims to present how Brazilian police violence and structural racism are fictionalized in *Essa gente*, by Chico Buarque. The study is organized into three parts: Introduction, White skin and target skin and Final Considerations. The research methodology adopted consists of bibliographic and documentary review. The theoretical-critical basis is centered on: Lilia Schwarcz, Silvio Almeida, Achille Mbembe, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez and Adilson Moreira. The results obtained point to the incorporation of Brazilian events into fiction, as well as their impact on the lives of black characters, who live in a structurally racist country in which violence is naturalized and part of everyday life. It is observed that the encouragement of weapons, on the part of the Federal Government, is responsible for actions of the State, from the elite shooters, hired to fly over the favelas to the PMs who supervise the trawling on the beaches. Violent deaths are trivialized by the population, they happen frequently, without causing outrage and, as a result, they remain unpunished.

Keywords: Racism. Violence. Death. State.

¹ Doutoranda, Universidade Federal do Paraná, CAPES. E-mail: rogamborgi@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0908-4805>

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar cómo la violencia policial brasileña y el racismo estructural son ficcionalizados en *Essa gente*, de Chico Buarque. El estudio se organiza en tres partes: Introducción, Piel blanca y piel negra y Consideraciones finales. La metodología de investigación adoptada consiste en revisión bibliográfica y documental. La base teórico-crítica se centra en: Lília Schwarcz, Silvio Almeida, Achille Mbembe, Djamila Ribeiro, Lélia González y Adilson Moreira. Los resultados obtenidos apuntan a la incorporación de acontecimientos brasileños a la ficción, así como su impacto en la vida de personajes negros, que viven en un país estructuralmente racista en el que la violencia está naturalizada y forma parte de la vida cotidiana. Se observa que el fomento de las armas, por parte del Gobierno federal, es responsable de las acciones del Estado, desde los tiradores de élite, contratados para sobrevolar las favelas, hasta los PM que supervisan la pesca de arrastre en las playas. Las muertes violentas son trivializadas por la población, ocurren con frecuencia, sin causar indignación y, por tanto, quedan impunes.

Palabras clave: Racismo. Violencia. Muerte. Estado.

Negro ainda está nessa condição

De miséria e mazela

De quando começou

Chicote ou zunido de bala

Favela ou senzala

Não faz diferença

(Senzala e Favela – Wilson das Neves)

Introdução

Essa gente (2019) é uma narrativa ficcional, de Chico Buarque, autor que, além de romancista, é compositor, músico, dramaturgo e contista brasileiro. É o sexto romance do escritor, que já publicou *Estorvo* (1991), *Benjamim* (1995), *Budapeste* (2003), *Leite Derramado* (2009) e *O Irmão Alemão* (2014). Diferente das demais obras, que têm uma só voz narrativa, em primeira ou terceira pessoa, em *Essa gente* não existe um único narrador ou uma narração confiável para guiar as reações do leitor. Ao contrário, são apresentados sessenta e nove relatos e mensagens, enviados e recebidos entre 13 de dezembro de 2016 e 29 de setembro de 2019, alguns mais confiáveis do que outros, como uma espécie de quebra-cabeça. Em função do tempo da narrativa e dos aspectos políticos apresentados, o escritor Sérgio Rodrigues, na orelha do livro, classifica a obra como uma “comédia de costumes” e um “romance urgente”, pois o enredo é sobre o presente político do Brasil.

O romance é narrado em primeira pessoa na maior parte da narrativa por Manuel Duarte, narrador-protagonista, responsável por quarenta e quatro das sessenta e nove mensagens. Em um primeiro momento a obra parece adotar o ponto de vista dele. No entanto, a cada alternância de

relato ou mensagem se alterna também o ponto de vista, pois as personagens possuem personalidade própria dentro da narrativa. Ou seja, a narração envolve diversos pontos de vista.

O autor entrelaça várias mininarrativas, sem dizer ao leitor o que fazer com as personagens e acontecimentos apresentados, também não diz quem está narrando cada mensagem. A partir do desenvolvimento da narrativa é possível se familiarizar com as alternâncias de narradores e identificar quem está contando os fatos. Todavia, o leitor precisa fazer sua parte e refletir sobre o que está sendo dito. Com isso se dá a ampliação das possibilidades de interpretação e o aumento da potência crítica da obra em relação ao tempo histórico.

Além de Manuel Duarte, também são personagens narradoras Maria Clara Duarte, que narra seis relatos; Rosane Duarte, que narra cinco relatos, ambas ex-esposas de Manuel Duarte; Marilu, que envia duas mensagens ao síndico do edifício, em que ambos moram; Fúlvio, amigo de Duarte, que envia uma mensagem para ele e Petrus, editor de Duarte, que envia duas mensagens, uma para Maria Clara e outra para Duarte. Pode-se dizer, aplicando os conceitos de Friedman (2002, p. 176), que essas são narradoras-testemunhas, pois são personagens em seu próprio direito dentro da história, mais ou menos envolvidas na ação, mais ou menos familiarizadas com a personagem principal, falando ao leitor na primeira pessoa.

Ainda lê-se uma ação de despejo e uma notificação extrajudicial recebidas por Duarte e uma notícia de jornal que encerra o livro. Um dos relatos é composto por três mensagens, narradas por Manuel Duarte, Rosane e Maria Clara. Apenas cinco relatos são narrados em terceira pessoa por um narrador onisciente neutro.

Também se observa a mistura entre narração e diálogo, ou seja, é utilizado o discurso direto para dar voz a personagens que não narram os relatos, como é o caso de Denise, esposa de Fúlvio, o casal que representa a “família tradicional brasileira”, durante um encontro com Duarte, ela não o reconhece:

- Quem é esse homem?
- É o Duarte, meu bem. Foi meu melhor amigo no Santo Inácio.
- E esse homem? Quem é?
- Já lhe apresentei, Denise, o Duarte é aquele escritor que você gosta.
- Mas quem é esse homem? (BUARQUE, 2019, p. 39).

Ou da enfermeira da Maria Clara, que é descrita pela própria Maria Clara como “a crente” e “a doida”, e que apesar de trabalhar com a ciência, acredita na religião como cura:

- [...] Ministro na hora certa os remédios prescritos, mesmo tendo certeza que é na fé em Cristo e não na medicina que se encontra a cura para as doenças da alma. Acredito no que pregam os Evangelhos, e não é por ser mestra e doutora que ela tem o direito de mangar da minha ignorância (BUARQUE, 2019, p. 111).

E ainda o casal Agenor e Rebekka, moradores da favela do Vidigal e amigos de Duarte:

- Seu bruto! Sargentão covardão!
- Tá doida, Rebekka?
- A barata era do bem.
- Andou fumando de novo, é?
- Você é que é um beerrão (BUARQUE, 2019, p. 83).

Como estratégia retórica observa-se o uso da ironia², como por exemplo, no trecho em que a personagem Rosane diz para Duarte: “Agora para você é todo mundo fascista. Você conhece ele? Pois é super boa gente” (BUARQUE, 2019, p. 79). Também da metaficção, que é falar sobre a ficção dentro da ficção, pois Duarte é um escritor que está em processo de escrita de um novo romance, do qual é personagem. As duas estratégias são características da ficção buarqueana, já exploradas nos romances anteriores.

Emprega ainda o recurso da intertextualidade³ com notícias de jornais do país e da autorreferencialidade. Manuel Duarte é escritor, assim como Chico Buarque, nomes com perfil vocálico idêntico, ambos moradores do Leblon, no Rio de Janeiro. Pode-se dizer que, para ter maior adesão ao universo narrado é feita a aproximação entre narrador e autor empírico, causando o efeito de confusão entre os dois. Já de saída, o narrador-protagonista, Manuel Duarte, anuncia: “aê, o esquisitão voltou” (BUARQUE, 2019, p. 6). Neste trabalho pretende-se apresentar um recorte da leitura da obra, focada em analisar como Chico Buarque ficcionaliza a violência da polícia brasileira e o racismo estrutural no país. Para tanto serão aplicadas as reflexões sobre racismo estrutural de Silvio Almeida, Djamila Ribeiro e Adilson Moreira.

Pele alva e pele alvo

Essa gente se apropria de fatos políticos recentes do Brasil para criar um ambiente ficcional que reflete a realidade do país. Apresenta a desigualdade, o racismo, o machismo e os discursos que legitimam diversas formas de violência contra os menos privilegiados na contemporaneidade. *Essa gente* do título pode referir-se àqueles que são coniventes com o discurso de desigualdade, normalizando a situação recente do país.

Durante o governo Bolsonaro, o Brasil testemunhou um aumento alarmante das tensões

² “A ironia é uma estranha forma de discurso onde se diz algo que, na verdade, não quer dizer e espera que as pessoas entendam não só o que se quer dizer de verdade, como também a atitude de quem diz em relação a ironia” (HUTCHEON, 2000, p. 16).

³ A intertextualidade, conceito que Kristeva define como “todo texto é absorção e transformação de outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 62) revela algo maior: o texto é um cruzamento de textos em que, no ato da leitura, se lê outros textos. Portanto, o texto literário é um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo entre diversos textos desde o escritor, o destinatário, as personagens, até o contexto cultural atual ou anterior. Para a autora “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 60).

políticas e sociais. O então presidente foi criticado por suas políticas que exarcebam a desigualdade social, promovem o preconceito racial e de gênero, e muitas vezes, legitimam a violência contra minorias e grupos marginalizados. A retórica de Bolsonaro e de seus aliados reflete uma visão polarizadora da sociedade, alimentando o discurso de ódio e a divisão. Essa polarização não apenas dificulta o diálogo construtivo e a cooperação política, mas também cria um ambiente propício para o crescimento de ideologias extremistas e intolerantes.

Além disso, as políticas implementadas pelo governo Bolsonaro têm sido criticadas por sua falta de consideração pelos direitos humanos e pelo meio ambiente, exacerbando problemas já existentes e gerando preocupações tanto nacional quanto internacionalmente. Portanto, ao abordar essas questões, *Essa gente* considera o contexto político e social desse governo, destacando as consequências das políticas e retóricas do então presidente.

Os governos autoritários têm como característica naturalizar a desigualdade, evitar o passado, além de não raramente lançarem mão de narrativas fantasiosas como forma de promoção do Estado e manutenção do poder (SCHWARCZ, 2019, p. 19). Para entender a relevância deste artigo, diferencia-se história e memória a partir de Lília Schwarcz:

História e memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, qual campo de embates, de desavenças e disputas. Por isso ela é, por definição, inconclusa. Já a memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele dedicar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado vire também presente (SCHWARCZ, 2019, p. 20).

Lília Schwarcz explica que a construção da história oficial tem papel estratégico nas políticas de Estado, engrandecendo certos eventos e suavizando problemas que a nação vivenciou no passado mas prefere esquecer, cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente. No Brasil, a história do cotidiano costuma se apoiar em quatro pressupostos básicos e mentirosos. O primeiro leva a supor que este seja um país harmônico e sem conflitos. O segundo, que o brasileiro seria avesso a qualquer forma de hierarquia, respondendo às adversidades sempre com informalidade e igualdade. O terceiro, que é um país com uma democracia plena, na qual não existem ódios raciais, de religião ou de gênero. O quarto, que a natureza da população seria tão especial, que asseguraria viver num paraíso, inclusive, “até segunda ordem, Deus (também) é brasileiro” (SCHWARCZ, 2019, p. 22).

Nos dias de hoje, é considerado lugar-comum a afirmação de que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem a discriminação entre seres humanos. Porém, é perceptível que a noção de raça ainda é fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, e legitimar a segregação e o genocídio de grupos socialmente minoritários (ALMEIDA, 2020, p. 31). Além disso, o discurso da democracia racial foi transformado no da pretensa diversidade cultural, como parte da paisagem nacional. Assim, no Brasil, não se instalou uma dinâmica de conflitos baseados na raça, pois a ideologia da democracia racial foi construída de maneira tão impregnada no imaginário brasileiro, que é aceita como aspecto central da interpretação do Brasil (ALMEIDA, 2020, p. 179).

Essa história construída a partir da ideia de mitos nacionais é tão enraizada que costuma resistir à realidade. É um modelo que funciona na base da falta de contestação e do silêncio. O brasileiro prefere negar o preconceito, do que reconhecer e atuar para resolver. Na ficção de Chico Buarque, fica evidente esta negação na representação da personagem Marilu, vizinha de Duarte, que diz:

Sou a dra. Marilu Zabala, moradora do 201, e estou segura de falar pela grande maioria dos condôminos do Saint Eugene. [...] São mesmo profissionais do mais baixo estrato, e não digo por suas fisionomias, pois sou juíza federal e não tenho preconceito de cor, mas pela manifesta falta de compostura com que se vestem e falam palavrões aos berros ao celular (BUARQUE, 2019, p. 19).

Esse discurso da personagem Marilu demonstra a permissão que pessoas brancas têm para expressar sua hostilidade por minorias raciais e ainda assim afirmar que não são racistas, reproduzindo então a noção de que a moralidade pública é construída baseada na cordialidade racial

Prevedo que poderia ser acusada de injúria racial, Marilu diz que não tem preconceito de cor, uma situação comum no Brasil, pois quando acusadas de racismo, pessoas como a vizinha de Duarte argumentam que a convivência com pessoas negras comprova que são inocentes. Afirmam ainda que não podem ser consideradas pessoas racistas porque possuem parentes ou amigos negros, sendo que a segunda afirmação é a mais comum. Esse raciocínio segue a seguinte lógica, segundo Adilson Moreira:

O comportamento delas não pode ser discriminatório porque esse cria um tipo de atitude existente apenas em pessoas supremacistas, de pessoas que se recusam a manter quaisquer interações sociais com membros de outras raças, de pessoas que praticam o racismo cotidianamente. Apenas elas têm a intenção de discriminar negros; os que convivem com eles, os que possuem relações familiares com eles não podem ser vistos como racistas porque a convivência

demonstra a ausência de malícia ou de desprezo em relação a minorias raciais (MOREIRA, 2020, p. 140).

A personagem Marilu é responsável por mostrar a decadência do conservadorismo. Ela tenta manter um status que já não existe mais no ambiente em que vive. Escreve mensagens para o síndico alertando sobre o estado atual do condomínio, sobre a presença de Duarte, que ela considera que afeta o padrão de vida dos moradores do prédio, o acusa de não pagar o aluguel, mesmo sem saber se isso acontece. No final da mensagem referente ao trecho citado, ela questiona se “teremos de assistir passivamente à ruína do nosso Saint Eugene?” (BUARQUE, 2019, p. 19).

Marilu não aceita que um homem negro more no mesmo edifício que ela, mostrando que a desigualdade é estrutural no Brasil, naturalizada na figura das empregadas domésticas, dos trabalhadores manuais, da ausência de negros nos ambientes corporativos e empresariais, nos teatros, nas salas de concerto, nos clubes e nas áreas sociais, e nos edifícios da classe média e alta brasileira. Para Lilia Schwarcz (2019, p. 35), o sistema escravocrata ficou só aparentemente no passado, os altos índices de violência não pararam nos tempos da escravidão, hoje a nação é profundamente desigual e racista. O racismo ainda se agarra a uma ideologia cujo propósito é garantir a manutenção de privilégios, aprofundando a distância social.

Duarte não é mais aceito também no *Country Club*, entretanto não é evidente que seja pela cor, visto que ele já foi sócio, pois herdou o título do pai que era desembargador, provavelmente um homem branco. Ainda assim, ele frequenta o clube com Fúlvio:

Clubes de elite em toda parte têm lá suas regras rígidas, e que um novo rico entre no Country Club, por exemplo, é mais fácil um camelo passar no cu da agulha. Tal sentença deveria valer para o amante da Rosane, não para mim, que herdei o título dos meus pais e sempre fui benquisto pelos funcionários. Logo compreendi, porém, que ex-sócio é feito um anjo decaído, e se não me trataram com maior desdém, foi porque eu vinha a convite de Fúlvio Castello Branco (BUARQUE, 2019, p. 44).

Fúlvio pode ser a representação do tipo mais violento e sem caráter na narrativa. Ele não se importa com nada, nem com ninguém, além dele mesmo, ignora e desautoriza demandas das minorias que lutam por mais direitos, direitos inalienáveis à sua condição de cidadãos. Sem ética no trabalho e corrupto, como narra Duarte:

A Denise insiste em que o marido se aposente quanto antes, a fim de levá-la para morar em definitivo na fazenda da serra, em vez de passar o resto da vida advogando para uns bandidos. Para ela o mundo dos negócios é uma tremenda sem-vergonhice principalmente quando envolve gente do governo. Ainda que nem sempre concorde com a ingênua Denise, o Fúlvio não deixa de deplorar o

vale-tudo da grana, a desigualdade social e outras tantas mazelas do país (BUARQUE, 2019, p. 46).

Com violência, Fúlvio mostra uma das estratégias políticas da burguesia e de governos populistas, como os que atuam na contemporaneidade, que é o escárnio diante dos dados que mostram as condições que dividem os brasileiros. Retomando Lília Schwarcz (2019, p. 40), a escravidão continua sendo incontornável na história brasileira, foi herdado um contencioso pesado que tende a se perpetuar no momento presente. As pesquisas mostram a discriminação estrutural vigente no país, que abrange as áreas da educação, saúde, moradia, transporte, nascimento e morte. Além, das várias tentativas de menosprezar o problema, de desfazer os relatos e pesquisas – chamando-os de “mimimi”, numa alusão pejorativa à comunicação informal de uma pessoa que só reclama –, não dando conta de explicar a inexistência do racismo no Brasil, apenas confirmando uma efetiva prática cotidiana, que se esconde no movimento de negação.

Os discursos de natureza moralista e normativa daqueles que só reconhecem uma comunidade de origem (seja ela social, cultural, religiosa ou étnica), é movimento marcadamente autoritário, por mais que assuma uma forma política que admite respeitar a democracia. E mais uma vez, certa mitologia, que não se sustenta perante a história, procura tornar invisíveis sujeitos sociais que estavam no Brasil mesmo antes de ele ser Brasil (SCHWARCZ, 2019, p. 173). Assim, Fúlvio protagoniza uma cena de violência extrema contra um indígena, pois nega o direito de ele existir, como narra Duarte:

Disposto a voltar a pé para casa, na saída do clube dispenso a carona do Fúlvio, que na fazenda também se dedica a longas caminhadas. Para ele, a endorfina e a serotonina assim liberadas não só proporcionam uma sensação de bem-estar, como incrementam as nossas funções intelectuais: preparar a defesa de um caso cabeludo, caro amigo, não requer menos criatividade que escrever ficção. Escreva pensando num filme de ação, diz ainda da janela do carro, ao cruzarmos ao mesmo tempo a cancela do clube. Ele já está para embicar na rua quando freia, salta do carro e vem berrando na minha direção: cai fora, vagabundo!, fora daqui, maconheiro! Com uma expressão transtornada, passa por mim às cegas e se dirige a um homem deitado na calçada, encostado no muro do clube. É um sujeito com cara de índio velho que se levanta com dificuldade, depois de tomar uns chutes nas costelas. Sai caminhando meio cambaleante, seguido pelo Fúlvio, que ameaça chamar a polícia se ele não sumir de vista (BUARQUE, 2019, p. 47).

A naturalização da violência fica explícita, pois Duarte não faz nada para impedir que Fúlvio ataque o indígena, Denise não esboça sequer indignação em relação a atitude do marido, e o próprio Fúlvio segue em frente como se nada tivesse acontecido. Trata-se de uma narrativa ficcional, mas é inegável a semelhança com acontecimentos no país.

No dia 15 de fevereiro de 2019, mesmo dia da agressão de Fúlvio no romance, na realidade empírica, um segurança de um supermercado, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, matou estrangulado um jovem de dezenove anos. Um dos clientes filmou o momento, e o vídeo circulou pelo país, causando indignação. As pessoas em volta pediam para o segurança parar, mas ele não parou enquanto o jovem não morreu. O segurança foi levado para a delegacia e liberado no mesmo dia, após pagamento de fiança, segundo o jornal R7:

Um jovem foi morto por um segurança de um hipermercado, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro [...] o segurança foi levado até o 16º DP (Barra da Tijuca) e posteriormente à DH – Capital (Delegacia de Homicídios). Após pagar a fiança, foi libertado e responderá por homicídio culposo, quando não há intenção de matar (FERREIRA, 2019, não paginado).

É possível associar o relato de Duarte com o fato acontecido no mesmo dia no Rio de Janeiro. Ambos tratam de agressões a pessoas que são invisíveis para a sociedade e os agressores saíram impunes. As pessoas em volta não fizeram nada para impedir, apenas filmaram e contaram sobre o fato. Situações assim são comuns no Brasil, causam comoção por um curto período e depois são esquecidas. Ou são simplesmente naturalizadas como sendo parte do cotidiano do país.

No dia 6 de março de 2019, no romance, ocorre a execução do passeador de cães, um “mulato franzino” que assalta o apartamento da Maria Clara e é morto “muitas vezes como se mata uma barata a chineladas” (2019, p. 71). E ela, que foi a vítima do assalto,

[...] não tem queixa a prestar, pois tudo o que aquele pobre diabo lhe fez foi bagunçar sua casa atrás de um cofre inexistente. Tinhosa, por mais vulnerável que estivesse, ela seria mulher de cuspir nos cornos do major que a conduz pelos ombros, se o tivesse visto descarregar sua arma num corpo inerte no chão (BUARQUE, 2019, p. 72).

Para a juventude negra, o revólver se torna um meio de forçar as pessoas a voltar os olhos – em vez de desviá-los – para aqueles que, de resto, são tratados como invisíveis (ANDERSON, 2020, p. 149). A personagem do passeador de cães tem a atenção dos moradores enquanto faz o porteiro de refém, mas apenas reforça um estereótipo, relacionado a construções históricas e sociais, que nada devem aos dados da realidade, carregam a faculdade de construir realidades e criar grande prejuízo (SCHWARCZ, 2019, p. 28).

Em relação ao estereótipo da pessoa negra, Duarte, além do assaltante, apresenta outros em suas andanças pelo bairro:

Não me desaproveita assistir à passagem de um ou outro transeunte, um entregador, um carteiro, babás de branco com carrinhos de bebê, jovens com roupas de academia, um vendedor de vassouras de piaçava ou garis recolhendo lixo (BUARQUE, 2019, p. 89).

Os estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado servem de base para o preconceito racial e podem ou não resultar em práticas discriminatórias. Enquanto isso, a discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2020, p. 32).

Tais condições impulsionam o racismo recreativo, que é o “[...] mecanismo que encobre a hostilidade racial por meio do humor, com objetivo de provar uma superioridade do homem branco em relação ao homem negro” (RIBEIRO, 2019, p. 74). No olhar do racista, para que o negro seja aceito, precisa rir daquilo que o incomoda e associar, por exemplo, seu cabelo a produtos de limpeza. O racista julga engraçado ridicularizar pessoas, como se a humilhação diária e a recusa à cidadania já não fossem suficientes (RIBEIRO, 2018, p. 31).

Desse modo, bell hooks (2019, p. 177) narra que homens negros são vistos como figuras caricatas, interessadas apenas em beber e se divertir. Tais estereótipos são uma forma eficiente de os brancos racistas apagarem da consciência pública a importância do trabalho do homem negro. Nota-se também, que o racismo é definido por seu caráter sistêmico e articula-se com a segregação social, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas, como bairros, guetos e periferias (ALMEIDA, 2020, p. 34).

Adilson Moreira (2020, p. 31) explica que o racismo recreativo é um projeto de dominação que se origina de um tipo específico de opressão racial: a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos. Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de forma que oportunidades sociais permanecem nas mãos de pessoas brancas. O racismo recreativo exemplifica uma manifestação atual da marginalização social em democracias liberais: o racismo sem racistas. Esse conceito designa uma narrativa na qual os que produzem o racismo se recusam a reconhecer que suas ações ou omissões podem contribuir para a permanência de disparidades raciais na sociedade brasileira.

A personagem do passeador de cães é, portanto, julgada e condenada pela polícia e pela população. O indígena é violentado por Fúlvio, que se acha no direito de bater em um cidadão que está na rua. E ainda em mais uma cena, na qual Rosane é a “vítima”, Duarte ironiza a questão social que perpetua e naturaliza o racismo no Brasil:

É isso o Brasil [...] É isso o Brasil. Um preto desata a correr, estava demorando. Dez, vinte banhistas correm atrás. Agarram o preto, vão linchar. Chegam dois PMs pardos e isolam o preto. É deles o direito de bater no preto. Vão estrangular o elemento. Abrem a boca dele na marra. Devolvem a corrente de ouro para a vítima. É uma morena clara de corpo bem-feito que pega a corrente com asco. Conduzem o preto para a viatura. Será detido. Vai apanhar feito cachorro na delegacia, mas será liberado porque é “dimenor”. Um galalau daqueles, quinze anos de idade, mais um delinquente solto nas ruas. É isso o Brasil. Alguém precisa pôr ordem nessa bagunça (BUARQUE, 2019, p. 152).

Legitimando o que Chico Buarque chama de “morticínio de favelados”, em *live* da *Estação Sabiá*, aplica-se aqui os conceitos de racismo retomados por Djamila Ribeiro:

[...] ideias racistas devem ser combatidas, e não relativizadas e entendidas como mera opinião, ideologia, imaginário, arte, ponto de vista diferente, divergência teórica. Ideias racistas devem ser reprimidas, e não elogiadas e justificadas [...]. Racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele (RIBEIRO, 2018, p. 39).

E, adicionalmente, Silvio Almeida:

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social a qual pertencem (ALMEIDA, 2020, p. 32).

A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui, enquanto a estética branca não é estigmatizada, ao contrário, é padrão. O racismo vai além de ofensas, é um sistema que nega direitos (RIBEIRO, 2018, p. 41):

Membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta ou indiretamente [...]. Racismo é algo “normal” contra minorias – negros, latinos, judeus, árabes, persas, ciganos, etc. - porém, fora destes grupos, é “atípico”, “reverso” (ALMEIDA, 2020, p. 53).

Pessoas brancas são privilegiadas e beneficiadas pelo racismo e justificam seus benefícios pela meritocracia. Não se trata, contudo, de se ter o mérito e, sim, da existência de condições diferenciadas, pois se duas pessoas vivem em situações desiguais, não se pode aplicar o conceito de igualdade abstrata. Por isso, observa-se que o Brasil possui uma dívida histórica com a população negra e precisa repensar e questionar os privilégios dos brancos (RIBEIRO, 2018, p. 74).

É urgente compreender que o racismo é uma imoralidade e um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam responsabilizados, porém ainda se tem uma concepção individualista do racismo, que pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”. Se essa concepção fosse a única, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo (ALMEIDA, 2020, p. 36). Desse modo, a desigualdade é eticamente justificada pela ótica do mérito individual: “[...] o uso da palavra *preconceito* no lugar de *racismo* serve para reforçar a visão psicologizante e individualista do fenômeno” (ALMEIDA, 2020, p. 161).

Quando o olhar sobre o racismo recai somente sobre os aspectos comportamentais, deixamos de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram realizadas dentro da legalidade e com apoio moral de líderes políticos e religiosos, os considerados “homens de bem”. A desigualdade racial é uma característica da sociedade e não apenas de indivíduos racistas, as instituições são formadas por determinados grupos raciais que utilizam meios institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. O racismo é dominação. No racismo institucional, o domínio ocorre pelo estabelecimento de parâmetros discriminatórios com base na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder (ALMEIDA, 2020, p. 37-40).

Ainda segundo Silvio Almeida (2020, p. 89), “[...] a tarefa de uma sociedade democrática é eliminar o peso da raça sobre a liberdade dos indivíduos e dismantelar os privilégios raciais, além de combater o racismo”. Para bell hooks (2019, p. 26), a supremacia branca e o racismo não terão fim enquanto não houver uma mudança fundamental em todas as esferas da cultura, em especial no universo da criação de imagens, porque é preciso criar imagens que não reforcem o ódio contra a negritude.

Quando se observa as imagens produzidas atualmente, são de pessoas negras que reforçam e restituem a supremacia branca, ou que veem o mundo pelas lentes da supremacia branca, o chamado racismo internalizado. Para romper com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser, os quais bloqueiam a capacidade de perceber as pessoas negras em outra perspectiva, é necessário que elas sejam descritas, imaginadas e inventadas de modo libertador (HOOKS, 2019, p. 32), pois

É uma questão de transformar as imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transformar nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualistas acerca do bom e do mau. Abrir espaço para imagens transgressoras, para a visão rebelde fora da lei, é essencial em qualquer esforço para criar um contexto para a transformação (HOOKS, 2019, p. 37).

Cada vez mais, os mecanismos de destruição de vidas negras se aperfeiçoam, conferindo ao extermínio formas mais sofisticadas do que apenas o encarceramento, como a expulsão escolar, a pobreza endêmica, a negligência com a saúde da mulher negra e o sistema prisional (ALMEIDA, 2020, p. 124). Como disse Emicida, na canção *Ismália*, de 2019: “80 tiros te lembram que existe pelo alva e pele alvo” (EMICIDA, 2019), fato ficcionalizado por Chico Buarque, pois no dia 3 de abril de 2019, Duarte estava passeando com o cão, quando volta para a casa e narra: “o cão deve estar faminto, pois agora abocanha o jornal no chão do banheiro e começa a mastigar notícias: soldados disparam oitenta tiros contra carro de família e matam músico negro” (BUARQUE, 2019, p. 89). Na ocasião, o então presidente Jair Bolsonaro comentou a morte do músico: “O exército não matou ninguém, o exército é do povo e não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente, uma morte” (G1, 2019, não paginado).

Observa-se ainda no trecho citado sobre a confusão na praia que são os PMs pardos que batem no preto, que tentou assaltar uma morena clara, possibilitando a discussão sobre o colorismo, que é, de acordo com Alessandra Devulsky:

Um sistema sofisticado de hierarquização racial e de atribuição de qualidades e fragilidades que, no Brasil, é oriundo da implantação do projeto colonial português quando da invasão do território. É uma ideologia, assim como o racismo. Enquanto processo social complexo ligado à formação de uma hierarquia racial baseada primordialmente na ideia de superioridade branca (DEVULSKY, 2021, p. 29-30).

Nesse sentido, dizer que alguém é preto em uma sociedade racista é reservar a ele um lugar de desprezo, imputando-lhe um sentido político de subordinação. No entanto, ser menos negro, em termos políticos ou estéticos, não faz de ninguém branco, assim como não altera sua condição social atrelada materialmente no Brasil ao seu berço, contra o que ginásticas discursivas ou procedimentos estéticos podem muito pouco (DEVULSKY, 2021, p. 164).

A construção identitária do negro no Brasil é uma criação supremacista branca, que pretendeu disciplinar e hierarquizar negros e negras segundo a pigmentação da sua pele, ou seja, de acordo com a maneira mais fácil de distinguir visualmente o outro, compreendendo todos aqueles traços que são capazes de associá-lo à africanidade (DEVULSKY, 2021, p. 180).

O que se percebe quando o PM pardo bate no preto é que há uma negação da negritude do PM, pois ele transita em um espaço predominantemente de brancos. Porém, não percebe que isso não resulta em pertencimento ou aceitação, mas sim, como representante do Estado, está contribuindo para a

perpetuação desse estado de coisas, aliás, indica que o Estado brasileiro ainda preserva, na sua estrutura, uma concepção de aparelho de guerra contra seus próprios cidadãos, um exército instrumentalizado para guardar a ordem racial por meio da força marcial de exceção diária. São tragédias humanas que resultam em famílias destruídas diuturnamente, cujas vidas ceifadas são alvo de grandes mobilizações sociais reivindicantes de justiça, que com a mesma frequência são renovadas por novos casos e, então, novamente esquecidas pela sociedade civil (DEVULSKY, 2021, p. 132).

A questão do racismo e da desigualdade, somada à do incentivo ao armamento, ações tão estimuladas por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, tem, portanto, consequências para o país. Chico Buarque apresenta alguns fatos ocorridos no Brasil, como a morte do músico Evaldo dos Santos Rosa. Ficcionaliza situações como a do indígena e a do passeador de cães. Mas, sobretudo, finaliza a obra com o fim trágico do protagonista, que morre “por arma de fogo”, porém não se sabe se homicídio ou suicídio. O que se sabe é que foi mais uma vítima de uma sociedade que usa todas as estratégias possíveis para eliminar o negro no Brasil. Assim, no último relato do romance, narrado em terceira pessoa:

Não custa a circular no hall a informação de que o escritor do 702 era mulato, apesar dos desmentidos da própria juíza, para quem nunca houve um inquilino afrodescendente no Edifício Saint Eugene. Os moradores fazem silêncio finalmente, quando o corpo sulfuroso deixa o apartamento dentro de um saco preto, sobre uma maca de aço carregada pelos bombeiros: dá licença, dá licença. Assim que eles descem pela escada, alguém comenta que crioulo, quando não caga na entrada, caga na saída (BUARQUE, 2019, p. 189).

Observa-se o termo “mulato”, utilizado de forma ofensiva, conforme Djamila Ribeiro explica:

A palavra, de origem espanhola, vem de “mula” ou “mulo”: aquilo que é híbrido, originário do cruzamento entre espécies. Mulas são animais nascidos da reprodução de jumentos com éguas ou de cavalos com jumentas. Em outra acepção, são resultados da cópula do animal considerado nobre (*equus caballus*) com o animal considerado de segunda classe (*equus africanus asinus*). Sendo assim, trata-se de uma palavra pejorativa para indicar mestiçagem, impureza, mistura imprópria, que não deveria existir. Empregado desde o período colonial, o termo era usado para designar negros de pele mais clara, frutos do estupro de escravas pelos senhores de engenho. Tal nomenclatura tem cunho machista e racista, a adjetivação “mulata” é uma memória triste de mais de três séculos de escravidão negra no Brasil (RIBEIRO, 2018, p. 99).

Para Lélia Gonzalez (1984, p. 240), mulato é o crioulo, ou seja, negro nascido no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. No entanto, percebe-se que

no relato sobre a morte de Duarte há tentativa de não se referir a ele como um homem negro, querendo branquear a personagem.

Dentro dessa lógica do branqueamento, alguém comenta que “crioulo, quando não caga na entrada, caga na saída”, frase explicada também por Lélia Gonzalez como sendo uma ideologia baseada na lógica da dominação do negro mediante a internalização e reprodução de valores brancos ocidentais. Sendo assim, é possível entender uma série de falas contra o negro que são:

Modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de que? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos?). Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que vivem dizendo pra gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALEZ, 1984, p. 238).

Pois afinal, quem mandou Duarte não saber se comportar? Ele merece o fim trágico, é o que se espera de um negro. Desse modo, Chico Buarque ironiza uma situação que se perpetua no Brasil, assim como faz Lélia Gonzalez quando diz:

Negro tem mais é que viver na miséria. Por que [sic]? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Retomando Adilson Moreira (2020, p. 113-135), discursos que associam a aparência física do negro com piche, urubus, com fezes, com escuridão – todas referências simbólicas que ao longo do tempo relacionam a negritude com algo negativo, como indício de uma moralidade inferior, como ausência de humanidade. Com base nisso, pode-se dizer que é perceptível nessa fala final do romance que a negritude aparece como forma de discriminação de caráter estético porque é interpretada como antítese da branquitude. Se esta é associada a traços socialmente prestigiados, a negritude representa aquilo que não pode ser moral e esteticamente apreciado.

Através da reprodução de discursos comuns no Brasil, como este, é possível repensar uma série de práticas danosas a sociedade brasileira que são arraigadas no imaginário. Por isso, é preciso constatar, também, que o racismo é sempre estrutural, sendo elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Ou seja, é manifestação normal da sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. Portanto, ao pensar as formas de desigualdade e de violência que definem a vida social contemporânea, percebemos que essas são reproduzidas em função da lógica e da tecnologia fornecidas pelo sentido do racismo (ALMEIDA, 2020, p. 21).

Por isso, entende-se aqui que a supremacia branca é uma forma de hegemonia, de dominação que é exercida pela força e pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. Essa ideia pode ser útil, como dito por Silvio Almeida, se analisada a partir das teorias críticas da *branquidade* ou *branquitude*:

[...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (ALMEIDA, 2020, p. 75).

Defender a supremacia branca a partir do argumento da meritocracia é defender a manutenção do racismo, é dizer que é falta de mérito dos indivíduos que vivenciam na forma de pobreza, desemprego e privação material a desigualdade racial. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, o perfil racial dos alunos das universidades mais concorridas reafirma o mérito e a *branquitude*, pois em geral é de alunos homens brancos e heterossexuais (ALMEIDA, 2020, p. 81), exemplo explícito das relações até aqui expostas.

Logo, raça e racismo são produtos do intercâmbio e do fluxo internacional de pessoas, ideias e mercadorias, englobando uma dimensão *afro-diaspórica*. Porém, se a modernidade engloba o tráfico, a escravidão, o colonialismo e as ideias racistas, também as contrapõem com ideias antirracistas, formuladas por intelectuais negros e indígenas (ALMEIDA, 2020, p. 104).

Pensando, então, a respeito da aniquilação a partir do racismo, Achille Mbembe (2016, p. 128) chama de *necropoder* e *necropolítica* o espaço que a norma jurídica não alcança, no qual o direito estatal é incapaz de domesticar o direito de matar, o chamado direito de guerra, um lugar no qual não há cidadania possível, não há diálogo, não há paz a ser negociada, onde a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte.

Considerações finais

Neste trabalho pretendeu-se apresentar como Chico Buarque ficcionaliza a violência da polícia brasileira e o racismo estrutural do país no romance *Essa gente*. O autor incorpora acontecimentos recentes do Brasil na ficção entrelaçados com o destino das personagens. O protagonista é um escritor negro que vai vivenciando situações que o deixam com dificuldades de escrever um novo romance.

Foram apresentados alguns exemplos de mortes de personagens negras, e especialmente do protagonista da narrativa. Manuel Duarte, o escritor, o artista que não consegue mais encontrar seu lugar no mundo. Como se ele se submetesse as violências vividas, a morte é o fim absoluto da personagem. Ele representa o status de “morto vivo” que Achile Mbembe fala na teoria sobre *necropolítica*, pois ele não deveria estar ali, ele é uma presença incômoda na vida das ex-esposas, da vizinha do edifício, do amigo Fúlvio. A morte dele não causa espanto nem indignação, é digna apenas de uma nota e um comentário racista, deixando claro que ele já foi tarde.

Foi visto que mortes violentas acontecem sem causar indignação e que permanecem impunes. O passeador de cães é “morto muitas vezes” pela polícia e pela população, o músico Evaldo Santos Rosa foi executado pela polícia, morte justificada como incidente, pois ele foi “confundido” com um bandido. O indígena que estava em frente ao clube, apanha do Fúlvio sem nenhuma razão, e Fúlvio sai como se tivesse o direito de cometer tal violência. No trecho apresentado em que a Rosane é roubada no arrastão na praia, Duarte repete três vezes “é isso o Brasil”, ou seja, um país que é estruturalmente racista, no qual a violência é banalizada e tratada como parte do cotidiano.

Diante da análise apresentada, torna-se evidente que *Essa gente* não apenas reflete a realidade política e social do país, mas também faz uma crítica às estruturas de poder e desigualdade arraigadas na sociedade. Através de personagens como Marilu e Fúlvio, são expostas as dinâmicas de privilégio, discriminação e negação que permeiam as relações sociais, evidenciando a persistência de hierarquias baseadas em raça, classe e gênero. A construção narrativa de Chico Buarque revela a complexidade dessas questões e, também a urgência de enfrentá-las.

Diante disso, é possível afirmar que o racismo estrutural e as práticas discriminatórias continuam a permear a sociedade brasileira, alimentadas por estereótipos e mitos que perpetuam a invisibilidade e a marginalização de certos grupos sociais. *Essa gente* evidencia a violência e a impunidade que cercam essas dinâmicas, enquanto os eventos documentados na realidade corroboram a persistência desses problemas.

A omissão diante da violência, seja ela explícita como no caso do segurança do supermercado, ou velada como nas atitudes de Duarte em relação às agressões de Fúlvio, ressalta a complacência e a cumplicidade que muitas vezes acompanham o racismo recreativo. Esse tipo de

racismo, que se manifesta através de estereótipos e humor depreciativo, perpetua a desigualdade e a exclusão social, ao mesmo tempo em que mascara sua existência sob a pretensão de uma suposta inocência por parte daqueles que o praticam.

Portanto, é fundamental reconhecer e confrontar não apenas as manifestações individuais de racismo, mas também as estruturas e discursos que o sustentam. A análise de *Essa gente* contribui para um diálogo, destacando a importância de enfrentar o racismo em todas as suas formas, sejam elas sutis ou explícitas, para alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. Trad.: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUARQUE, Chico. *Essa gente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUARQUE, Chico. Buarque e Hildegard Angel lembram Zuzu Angel e a ditadura militar. *Estação Sabiá*, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OizAowjB_6E>. Acesso em 11 jun. 2021.

DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

EMICIDA. *Ismália*. São Paulo: Sony Music, Laboratório Fantasma, 2019. Faixa 8. Duração 5:57.

FERREIRA, Lucas. Segurança mata jovem com “mata leão” em hipermercado no Rio. R7, 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/seguranca-mata-jovem-com-mata-leao-em-hipermercado-do-rio-15022019>>. Acesso em 17 de jun. de 2021.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 166-182, mar. /maio 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33195/35933>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, n. 2, 184, p. 224.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Trad.: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. Trad.: Lucia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Artes & Ensaios*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 32. 2016.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

O exército não matou ninguém; o exército é do povo, diz Bolsonaro sobre a morte a tiros de músico no Rio. *G1*, 12 abr. 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/04/12/o-exercito-nao-matou-ninguem-o-exercito-e-do-povo-diz-bolsonaro-sobre-morte-a-tiros-de-musico-no-rio.ghtml>> Acesso em: 11 jan. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Recebido em: 20/2/2024

Aprovado em: 16/5/2024